



OUTLOOK 2017



FUNDAÇÃO
PLMJ
JOÃO PAULO FELICIANO
(detalhe)
Kleidoscopic Blues Machine
Obra da Coleção da
Fundação PLMJ

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS PREVISTAS NO DIREITO PÚBLICO

Após um significativo período de tempo com um escasso investimento público em infra-estruturas, 2017 poderá representar o ano da viragem.

De facto, por razões sobejamente conhecidas e de má memória, Portugal esteve sujeito a inúmeras restrições orçamentais, seja ao nível do Estado central, seja no plano autárquico e regional.

Este circunstancialismo reflectiu-se, naturalmente, no trabalho corrente relacionado com a área do Direito Público. Felizmente, malgrado a existência de novos projectos de infra-estruturas (o único projecto relevante dos últimos anos, se a memória não nos traiçoa, foi o Terminal de Cruzeiros de Lisboa), verificou-se um recrudescimento do contencioso administrativo, mantendo-se a contratação pública, sobretudo, a contratação pública respeitante à aquisição de bens e serviços, a níveis bastante razoáveis de solicitações.

Os tempos que se avizinham são, tanto quanto é possível prever num Mundo de imprevisibilidade galopante, mais auspiciosos no que concerne às áreas da economia directamente relacionadas com o Direito Público.

Os tempos que se avizinham são, tanto quanto é possível prever num Mundo de imprevisibilidade galopante, mais auspiciosos no que concerne às áreas da economia directamente relacionadas com o Direito Público.

Desde logo, importa destacar o programa designado por Portugal 2020 que engloba, designadamente, a execução de diversos projectos ferroviários (Plano Ferrovia 2020), salientando-se aqui a linha Sines / Caia. Depois, 2017 deverá ser também o ano do lançamento de um projecto há muito propalado: o novo terminal de contentores do Barreiro (estando a ser ultimado o respectivo estudo de impacto ambiental). Refira-se, ainda, a forte possibilidade de ser igualmente promovido o estudo tendente à construção de um novo aeroporto na área de Lisboa.

Perspectivam-se, de igual modo, alguns investimentos no sector da saúde, assinalando-se a construção de novos hospitais, cujos modelos de exploração, todavia, parecem estar ainda em debate. Relembre-se, por fim, a inscrição no Orçamento de Estado de uma verba de cerca de 5 MM de investimento público e privado, associado a fundos europeus.

Num outro plano, 2017 trará à luz do dia um Código dos Contratos Públicos revisto em função das Directivas Comunitárias de contratação pública de 2014. Trata-se de um outro elemento, agora normativo, que certamente dará azo a controvérsias interpretativas junto de várias entidades públicas e privadas com funções públicas, acarretando trabalho acrescido para os juristas especializados nesta importante temática.

Como acima referi, vivemos tempos em que só a incerteza é certa; no entanto, há dados plausíveis que prenunciam uma melhoria do Outlook para 2017. Assim seja!

A presente Nota Informativa destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Nota Informativa não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte **Pedro Melo** (pedro.melo@plmj.pt).

Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2016 - 2011